



PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei nº 015/2008

Relatório:

Os Exmos. Srs. Presidentes das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Serviços Públicos Municipais, da Câmara Municipal de Natércia, MG, formulam a este órgão de Consultoria Jurídica a seguinte Consulta:

“O Projeto de Lei nº 015/08 está em conformidade com as normas legais e constitucionais vigentes?”

À presente consulta respondo nos termos que seguem.

Parecer:

Cuida-se de projeto de lei de iniciativa do Executivo Municipal que dispõe sobre a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural.

No que tange à técnica legislativa, não há reparos a realizar quanto à redação de sua articulação legal.

Quanto à legalidade e constitucionalidade, a matéria não se insere no rol daquelas destinadas a serem veiculadas por meio de lei complementar, devendo, portanto, seguir o rito ordinário.

Destaque-se que conforme consta da justificativa em anexo, foi solicitado pelo Promotor de Justiça da Comarca, legislação própria para proteção do patrimônio cultural local.

Assim, o órgão de assessoria jurídica opina pela sua constitucionalidade e legalidade, devendo o presente projeto de lei ser remetido à apreciação do plenário.

É o parecer, s.m.j.

Natércia, 03 de junho de 2008.


SOLANGE DE ALMEIDA VIEIRA DIAS
Consultora Jurídica